



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000292596

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1020298-84.2023.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante WELBER CARLOS DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO DO BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RÉGIS RODRIGUES BONVICINO (Presidente), TAVARES DE ALMEIDA E MARIA FERNANDA DE TOLEDO RODOVALHO.

São Paulo, 26 de março de 2025.

RÉGIS RODRIGUES BONVICINO

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 16374

APELAÇÃO Nº 1020298-84.2023.8.26.0100

COMARCA: SÃO MIGUEL PAULISTA – 2ª VARA CÍVEL

APELANTE: WELBER CARLOS DA SILVA

APELADO: BANCO DO BRASIL S/A

JUIZ DE DIREITO: DR. HENRIQUE BERLOFA VILLAVERDE

APELAÇÃO. Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedido de indenização por dano moral. Sentença de improcedência. Inconformismo do autor. Negativação de dívida em órgão de controle de crédito. Relação jurídica demonstrada pelo banco réu. Dívida originária de cartão de crédito. Produto devidamente utilizado pelo consumidor, o qual realizou diversas compras de bens e serviços de uso inegavelmente pessoal desde janeiro de 2021, mas não pagou as faturas. Inscrição realizada em exercício regular de direito. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a sentença a fls. 339/341, que julgou improcedente a presente ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais. Em razão da sucumbência, condenou o autor ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, observada a gratuidade deferida.

O autor apela a fls. 344/354 pleiteando a reforma da sentença para que seja julgada procedente a ação. Sustenta que não foi comprovada a existência de relação jurídica, motivo pelo qual a inscrição de seu nome no SPC foi indevida.

O recurso é tempestivo e o autor está dispensado do preparo em razão da justiça gratuita deferida a fls. 332/337.

As contrarrazões estão a fls. 358/372.

É o relatório.

Nega-se provimento ao recurso.

A controvérsia recursal resume-se às pretensões declaratória e

indenizatória decorrente de anotação perante os órgãos de controle de crédito, por dívida alegadamente inexistente.

Anote-se, desde já, que consoante entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, aplica-se, ao presente caso, o Código de Defesa do Consumidor:

“Súmula 297: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.

A aplicação do mencionado Código, todavia, não significa conceder tudo o que o consumidor pretende, como se não houvesse contrato, outras leis aplicáveis à espécie e entendimento jurisprudencial uniformizado a respeito da questão.

A parte apelante, nos argumentos lançados no curso da lide, limita-se a sustentar que desconhece o débito originário dos apontamentos perante os órgãos de proteção ao crédito. Sustenta que a parte apelada não comprovou a existência da dívida uma vez que não apresentou documento que demonstre o negócio jurídico e tampouco evidencia a regular cessão do crédito.

Contudo, os documentos juntados com a contestação comprovam que a origem da dívida é a adesão de cartão de crédito assinada pela parte autora (fls. 110/113).

Além disso, há inúmeras faturas que demonstram a utilização do cartão indicado a fls. 133 e que constam como não pagas.

Não é crível a alegação do consumidor de desconhecimento do cartão de crédito e das faturas de fls. 114 e seguintes, na medida em que breve leitura revela **compras inegavelmente pessoais desde janeiro 2021 ou em comércio próximos à residência do autor, ou em serviços de uso personalíssimo**, tais como: PAG*PalomaNascimentoD, CASA DE FERRAGENS, PICPAY*DQ9*WELBERSILVA FACHI CAR DIS PARC 01/02, PAG*MarcosAntonioDeJe, PAG*Pizzariapiu12, PAG*PostoDeServicos SAO PAULO BR, ADEGA DR SAO PAULO e outros.

Fica evidente que a instituição requerida comprovou a relação

jurídica e a origem do débito.

O conjunto de provas produzido nos autos demonstra, sem qualquer dúvida, que a inclusão do nome do apelante junto aos órgãos de proteção ao crédito se deu em exercício regular de direito em decorrência do não pagamento do débito por ele assumido.

O juízo de primeiro grau, diante das provas produzidas nos autos, concluiu corretamente sobre a existência e a validade da relação jurídica originária do crédito, além da inexistência da prática de ilícito passível de indenização.

À vista disso, caberia ao apelante impugnar adequadamente os documentos juntados pelo requerido e indicar as incorreções nas operações pela inclusão de valores indevidos ou quitados, o que não ocorreu, não tendo se desincumbido do ônus da prova que lhe competia (artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil).

Tampouco solicitou qualquer diligência probatória específica com vistas a impugnar a assinatura dos instrumentos contratuais ora juntados, o que revela a legalidade da contratação.

Ressalta-se que o requerente nega a existência da dívida, porém, não impugna especificamente as faturas de cartão de crédito a fls. 137/169. Novamente, é de diminuta probabilidade a alegação de desconhecimento do uso de cartão de crédito em compras, por exemplos, em confeitarias, pizzarias, posto de serviço, adega, tudo desde janeiro de 2021 e fevereiro de 2022.

Sendo assim, tomada a relação jurídica por existente e válida, e ausente comprovação eficaz do pagamento do débito, o apelado agiu de forma lícita, em evidente exercício regular de seu direito de credor. Não há que se falar em reparação civil, sobretudo por dano moral, como pretende o apelante.

A propósito do assunto, confira-se a jurisprudência deste E. TJSP:

DE DÉBITO C.C. DANOS MORAIS – Sentença de improcedência – Necessidade - Crédito do requerido comprovado nos autos e decorrente de contrato de cessão de crédito firmado com o Banco Itaú e Banco Itaucard - Divergência do montante cedido e aquele levado à negativação decorre, à evidência, da incidência de encargos moratórios, cuja legalidade ou não de sua incidência não é objeto da presente ação – Exercício regular do direito ao inscrever o nome do autor em órgão de proteção ao crédito em razão da inadimplência – Sentença mantida – Verba honorária majorada – Recurso desprovido. (TJSP; Apelação Cível 1012894-79.2023.8.26.0003; Relator (a): Lígia Araújo Bisogni; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III - Jabaquara - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 03/04/2024; Data de Registro: 03/04/2024)

Apelação – Ação declaratória de inexigibilidade de débito, cumulada com pedido de indenização por danos morais e tutela de urgência – Cessão de crédito – Improcedência – Anotação de débito perante o órgão de proteção ao crédito, relativo a cartão de crédito – Alegação do autor de desconhecer referido apontamento – Réu, porém, comprovou a relação jurídica existente entre as partes, mediante a prova documental apresentada – Inexistência de notificação acerca da anotação de seu nome perante o cadastro de inadimplentes – Irregularidade não configurada – Ausência deste ato que não impede a cobrança da dívida pelo cessionário – Regularidade da anotação evidenciada – Comunicação desta anotação que compete ao órgão registrário, não ao credor – Súmula

n. 359 do E. Superior Tribunal de Justiça –
Improcedência da ação que deve ser confirmada –
Recurso do autor improvido. (TJSP; Apelação Cível
1078373-58.2019.8.26.0100; Relator (a): Thiago de
Siqueira; 14ª Câmara de Direito Privado; Data do
Julgamento: 12/02/2020)

Feitas essas considerações, a improcedência da ação era
mesmo de absoluto rigor.

Por fim, devida a majoração dos honorários de sucumbência,
em atenção ao disposto no § 11º do art. 85 do CPC, de 10% para 15% sobre o valor
da causa, ressalvada a gratuidade de justiça.

Anote-se, ainda, que o art. 1.026, § 2º, do CPC estabelece que
*“quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o
tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado
multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa”*. As partes
devem se atentar a isso.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao recurso.

RÉGIS RODRIGUES BONVICINO
Relator